Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Brasília, 2008

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Foto da Capa:
Ricardo Stuckert/PR

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva,
Maria Marta Cezar Lopes e
Cintia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2008

Brasil. Presidente (2003 - : Lula).
Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

80p.

ISBN: 978-85-7631-131-7

1. Política – Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da. II. Título.

CDU 32(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

SUMÁRIO

Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional

Brasília, 1º de janeiro de 2003

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet;

Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais

profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo e em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente, para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridade de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros, tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que Alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem – muito bem – deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para

superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar – e muito – o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no

debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o País demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista; significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.

Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela sua eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremo-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de

revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômicocomerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço

de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência

agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

Discurso no Diálogo Ampliado da Cúpula do G-8

Evian, 1º de junho de 2003

Companheiros Chefes de Estado e de Governo,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do Presidente Jacques Chirac.

O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é hoje mais necessário do que nunca.

Temos de trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.

Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia éticopolítica extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.

A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social.

Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo.

Quero falar-lhes de forma simples e direta: venho propor-lhes ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.

A fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais.

Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de maior igualdade e de oportunidades para todos.

A economia mundial está dando sinais preocupantes de retração. Os problemas sociais, como o desemprego, inclusive nos países ricos, estão se agravando cada vez mais.

Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G-8 é o de buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Necessitamos uma nova equação que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento.

A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso sem discriminação aos mercados dos países ricos.

Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade. Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira exclusão comercial?

Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das recriminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades.

Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.

Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza.

Estamos fazendo isso no Brasil com democracia e pluralismo, sem fundamentalismos, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade para crescer de modo sustentado.

Mas sabemos que organizar e dar estabilidade a nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente.

Necessitamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento que combine estabilidade financeira com crescimento econômico e justiça social.

Hoje queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.

Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão.

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas

sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo.

Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos soluções estruturais que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos.

Vejo com preocupação as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias – como a do acesso a medicamentos – são proteladas.

Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos.

Temos de definir responsabilidades, o que implica também em novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas.

É isso que o Brasil está fazendo no plano regional.

Meu governo quer fortalecer o Mercosul e promover a integração da América Latina. Como afirmou o Presidente Kirchner da Argentina, são projetos estratégicos e políticos, orientados para melhoria das nossas condições de vida.

Sei que aqui vai se discutir o NEPAD. De nossa parte, com a África, que visitarei em agosto próximo, vamos ampliar a cooperação especialmente em setores como saúde, educação, qualificação profissional e infra-estrutura.

Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, na recente cúpula de Cusco, incumbiram ao Presidente Vicente Fox do México e a mim para que fôssemos seus porta-vozes aqui em Evian.

Lá, foram discutidos mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Recomendo a meus colegas aqui presentes a leitura atenta dessas propostas.

A fome é uma realidade intolerável, Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.

Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, de criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.

É o que estamos começando a fazer no Brasil.

Há várias formas para gerar recursos para um fundo dessa natureza. Dou dois exemplos.

O primeiro é a taxação do comércio internacional de armas – o que traria vantagens do ponto de vista econômico e ético.

Outra possibilidade é criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvistam nesse fundo percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Alguns países desenvolvidos têm apresentado propostas para enfrentar esse problema. São iniciativas válidas, que merecem ser consideradas.

Caros colegas,

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais.

Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

Temos que manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras e não de forma episódica. Isso se aplica ao G-8 e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 se tornem verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social

e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento indispensável para a segurança e paz.

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação.

Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos que demonstrar acima de tudo determinação no combate às desigualdades sociais.

Muito obrigado.

Discurso na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul

Assunção, 18 de junho de 2003

Senhores Presidentes,

Desde o início de meu mandato – e antes mesmo que assumisse a Presidência - tenho dedicado atenção prioritária à plena realização do Mercosul.

Ele é o núcleo em torno do qual pensamos deva ser levada adiante a integração da América do Sul.

Nos primeiros meses de meu governo, recebi em Brasília o ex-Presidente Eduardo Duhalde e o atual Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, o Presidente Jorge Battle, do Uruguai, e o Presidente-eleito do Paraguai, Nicanor Duarte a cuja posse terei o prazer de assistir em 15 de agosto.

Antes de assumir minhas funções, pude encontrar-me com nosso anfitrião, o Presidente González Macchi, e com os presidentes Ricardo Lagos, do Chile, e Sanchez de Lozada, da Bolívia, países-associados ao Mercosul.

Em mais de uma ocasião, reuni-me com o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, que nos honra aqui com sua presença.

Antes do fim de agosto terei tido o privilégio de haver realizado proveitosas reuniões de trabalho com todos os presidentes da América do Sul.

Todos esses encontros permitiram conversas fraternas sobre os problemas comuns que afetam nossas respectivas economias e sociedades.

Constituíram oportunidade para discussão de idéias novas e para o encaminhamento de iniciativas concretas que já estão contribuindo para a recuperação dos fluxos de comércio e de investimentos entre nossos países.

Em todos os contatos que mantive com meus colegas Presidentes, constatei profunda coincidência de visões sobre a importância do Mercosul como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Venho a esta reunião com a firme convicção de que é possível retomar os passos necessários para consolidar o Mercosul como União Aduaneira, em que nossos produtos encontrem mercados sem restrições, e caminhar para a construção de um verdadeiro Mercado Comum, espaço ampliado de prosperidade para nossas populações.

Senhores Presidentes,

Os resultados das eleições presidenciais no Brasil, na Argentina e no Paraguai demonstram uma clara opção de nossas sociedades em favor do Mercosul. Em nossas campanhas eleitorais afirmamos que o Mercosul seria prioridade de nossos governos. Os eleitores aprovaram essa proposta.

Está, assim, em gestação um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional.

Tem havido um diálogo cada vez mais fluido e próximo entre todas as esferas dos Governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Do ponto de vista econômico, com a recuperação da credibilidade externa e interna da economia brasileira e a estabilização argentina, estão dadas as condições para a retomada do crescimento em toda a região. Vamos reverter o quadro recessivo enfrentado por nossos países, inclusive no Paraguai e no Uruguai.

Em particular, o comércio intra-regional está se recuperando aceleradamente e deve retomar este ano, pelo menos os níveis de 2001.

Os governos dos países que integram o Mercosul têm trabalhado de forma mais determinada e coesa na construção de ampla agenda de negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos.

Esse novo quadro evidencia atitudes políticas coincidentes, que se somam à inequívoca determinação do Governo brasileiro em dar decidido impulso ao processo de integração do Mercosul.

Senhores Presidentes,

Proponho hoje que nos comprometamos com uma seqüência de passos para que os objetivos constantes do projeto original do Mercosul possam ser atingidos dentro dos prazos previamente estabelecidos.

Vamos desenvolver um Programa de Trabalho com metas claras com vistas à consolidação, efetiva e completa, da União Aduaneira, até 2006. Esse Programa tem de prever, ainda, elementos que criem bases sólidas para o Mercado Comum do Sul.

É necessário ter presente as diferenças entre as estruturas produtivas dos Estados partes. Devemos construir instrumentos adequados para superar as assimetrias com nossos sócios de economias menores. Esse é o firme compromisso que o Brasil quer aqui assumir.

O programa "Objetivo 2006", apresentado nesta reunião e para cujo aperfeiçoamento conto com o apoio de meus colegas, incorpora algumas tarefas prioritárias.

A primeira delas - indispensável - é aperfeiçoar a Tarifa Externa Comum, elemento central da União Aduaneira.

Nesse processo, precisaremos ter determinação e flexibilidade.

Será fundamental para a construção final do espaço comum de produção, comércio e desenvolvimento, nossa capacidade de negociar os instrumentos de política comercial comum, tais como defesa comercial, incentivos, defesa da concorrência e compras governamentais.

Mas para recuperarmos o Mercosul temos de ir além da discussão sobre os aspectos aduaneiros. É preciso dar prioridade à implementação de políticas que favoreçam nossa integração produtiva.

Entre essas políticas, quero destacar o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul,

que deve envolver não só grandes empresas, mas também aquelas de pequeno e médio porte.

No último dia 31 de março demos passo concreto nessa direção com a instalação do primeiro Foro Mercosul, dedicado à cadeia de madeiras e móveis. Outros setores industriais, agrícolas e de serviços serão objeto de futuros foros.

Ao mesmo tempo, sabemos que será necessário mobilizar recursos financeiros para dar apoio ao processo de maior integração das cadeias produtivas dentro da região.

O Brasil está tomando medidas para estimular parcerias no Mercosul, com a ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Estamos empenhados de forma crescente e decidida no esforço imprescindível de construir em toda a América do Sul uma infra-estrutura física capaz de dar carne e osso à nossa integração.

Pela ação conjunta do Mercosul, poderemos mobilizar ainda maiores recursos junto aos organismos regionais para o desenvolvimento, como a Corporação Andina de Fomento, o FONPLATA e o BID.

Quero reiterar meu compromisso de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como instrumento fundamental de promoção do comércio entre os países da América do Sul, em especial os do Mercosul.

Senhores Presidentes,

O processo de construção do Mercado Comum não poderá ser obra, exclusivamente, dos governos e dos setores empresariais interessados nas vantagens da maior liberalização comercial na região.

Na construção definitiva do Mercosul, é indispensável debate aberto, seja nos Parlamentos, seja na sociedade. É fundamental, nesse sentido, a valorização do Foro Consultivo Econômico e Social, que reúne representantes de entidades empresariais, sindicais e de consumidores.

Temos que fazer um Mercosul democrático, participativo. É esse Mercosul que nossas populações querem.

É esse Mercosul que defendemos em nossas campanhas eleitorais.

Por isso, é necessário fortalecer também as agendas política, social e cultural do Mercosul. Dar-lhe uma dimensão humana.

Precisamos conhecer-nos melhor, crescer juntos para garantir apoio duradouro ao processo de integração.

Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul.

Faltou ao Mercosul uma dimensão política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas.

É nesse quadro que se impõe a criação de um Parlamento do Mercosul, eleito pelo voto direto.

Temos que consolidar os avanços recentemente introduzidos pelo Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias e pela criação do Setor de Assessoria Técnica na Secretaria do Mercosul.

Buscaremos implantar outros aperfeiçoamentos institucionais que preparem o Bloco para o funcionamento da União Aduaneira completa. Um passo nesse sentido é a transformação de nossas Delegações Permanentes junto à ALADI em representações também para assuntos do Mercosul.

Outro passo é acelerar o processo de incorporação das decisões e normas que aprovamos em reuniões às legislações de nossos países.

Desejamos estreitar a colaboração em projetos sociais entre os governos da região, em cujas sociedades a fome, a pobreza e a deterioração social representam um problema comum.

Daí a proposta de criação do Instituto Social, para conduzir a reflexão conjunta com vistas ao estabelecimento de metas e ações concretas em matéria de política social nos países do Mercosul.

Vamos apoiar o desenvolvimento do cooperativismo na região, tendo em conta a importância socioeconômica dessas organizações nos níveis local e regional e o seu papel de agente de inclusão e coesão social.

Senhores Presidentes,

O Mercosul está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo.

O Mercosul é parte desta América do Sul, que desejamos ver plenamente integrada e próspera. Nesse contexto, são fundamentais os acordos de livre comércio já existentes com a Bolívia e o Chile, e aquele em fase de conclusão com o Peru.

Destacaria, igualmente, o compromisso firmado em abril com a Venezuela, em Recife, e em maio com o Equador, em Brasília, no sentido de constituir, até final de 2003, uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e do Mercosul, com o propósito de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano. O Mercosul precisa ter a dimensão de toda a América do Sul.

A nova América do Sul será criada pela conexão entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

Por outro lado, os projetos de integração física resultantes da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA – permitirão o aproveitamento efetivo das oportunidades abertas por estes acordos, além de representarem vetores de crescimento para as economias da região.

O fortalecimento interno do Mercosul é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos. Será assim garantida uma presença influente da América do Sul no mundo.

No plano externo, é significativa a presença da Índia nesta reunião, país com o qual acabamos de celebrar um Acordo Quadro que servirá de base para as negociações de preferências tarifárias, cuja conclusão está prevista para agosto deste ano. Com a África do Sul, também aqui representada, esperamos dar novo impulso aos entendimentos comerciais, conduzidos ao abrigo do Acordo Quadro firmado em dezembro de 2000.

Reforça-se o diálogo sul – sul com a presença entre nós desses dois importantes países.

A unidade do Mercosul é também fundamental para permitir a consistência de posições comuns, condição necessária para fortalecer a capacidade negociadora do Bloco junto a outros

parceiros comerciais, como a União Européia e os Estados Unidos.

Caros colegas,

Temos enormes desafios pela frente.

O maior deles é trabalhar para transmitir a nossos povos a certeza de que o Mercosul lhes traz vantagens concretas e maior bem-estar. Por isso vale a pena sua ampliação e consolidação.

Não podemos permitir que o burocrático, o meramente técnico ou econômico se sobreponha ao êxito do mais importante projeto político-estratégico em que estamos engajados.

Nesta Cúpula, em que inauguro minha participação formal nos trabalhos do Grupo, quero deixar claro o meu compromisso pessoal e o firme empenho do governo brasileiro pela retomada e revitalização do projeto original do Mercosul.

A plena realização do “Objetivo 2006” requererá esforço, determinação e sabedoria política. O Brasil cumprirá sua parte.

Senhores Presidentes,

A América do Sul vive um momento privilegiado. As graves crises que nossos países enfrentaram não abalaram as convicções democráticas de nossos povos.

Elas estão hoje mais fortalecidas do que nunca.

Nossa confiança e auto-estima são maiores.

Temos, portanto, enormes responsabilidades.

A principal delas talvez seja a de enfrentarmos unidos os desafios que temos diante de nós.

A unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo.

Obrigado.

Discurso na LIX Assembléia Geral da ONU

Nova York, 21 de setembro de 2004

Senhoras e senhores,
Chefes de Estado e de Governo,
Senhor Jean Ping, Presidente da 59ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas,
Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas,
Senhor Jian Chen, Subsecretário-Geral para Assuntos da Assembléia Geral,
Senhoras e senhores,

Saúdo, na pessoa do Chanceler Jean Ping, os representantes de todos os povos aqui reunidos. Cumprimento fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, que tem conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança.

A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: "Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome".

Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação.

Esta Assembléia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação

política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes.

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional.

Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio.

Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo.

A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a 2a Guerra.

Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá, Jacarta.

Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida.

São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.

Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.

Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável.

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do "New Deal", Franklin Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável: "O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação." "O que mais se deve temer é o próprio medo".

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar. O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático.

Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá unir-nos?

Minhas senhoras e meus senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais.

Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema.

Trata-se de ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural.

O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infra-estrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus senhores e minhas senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.

Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.

Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome.

Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã.

Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza. Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas senhoras e meus senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.

Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a autodeterminação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares.

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional.

Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia omitir-se diante de uma situação concreta.

Promover o desenvolvimento com eqüidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em

nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que, afetam nossos vizinhos.

O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina.

O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para Alcançar acordos justos e eqüitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento.

A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permaneceram isolados uns dos outros.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Kyoto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopiratarias e a negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e senhores,

Reitero o que disse no ano passado nesta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo.

Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns.

Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.

Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.

As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: “A paz só virá como fruto da Justiça.”

Muito obrigado.

Discurso na Abertura do Colóquio "Brasil: Ator Global"

Paris, 13 de julho de 2005

Não se assustem com a quantidade de papel, porque é um parágrafo por folha.

Primeiro, dizer às autoridades francesas, aos reitores, aos ministros brasileiros e a todos os professores e alunos que estão aqui, da minha alegria de poder estar, outra vez, em Paris e poder falar um pouco da participação do Brasil neste mundo globalizado e o que achamos que pode acontecer nos próximos anos.

Queria apenas que vocês compreendessem que estamos com o fuso horário de cinco horas na cabeça, e que por mais que eu viaje de avião, eu não perdi o medo de viajar de avião, e eu tenho dificuldade de dormir no avião. Portanto, vou me segurar aqui para não ter problema de sono.

Queria dizer a vocês que está comigo o nosso querido governador do estado do Amapá, que logo, logo será o governante da América do Sul mais próximo da França e, portanto, poderá ser um canal muito importante para o desenvolvimento daquela região, sobretudo, o estado do Amapá que tem, praticamente, 80% do seu território como área de preservação e isso, se tem custado ao longo do tempo – difícil – o desenvolvimento do estado, certamente, nós agora temos que tirar proveito da intenção mundial de preservação para que os estados que preservem mais a sua fauna, a sua floresta, possam ganhar alguns recursos adicionais.

Meu agradecimento à Universidade de Paris pela organização deste encontro consagrado à política externa do Brasil e pelo convite que me foi feito para aqui apresentar algumas reflexões.

O título do colóquio "Brasil: ator global" aponta para um problema central: qual o sentido e as possibilidades da presença e ação de meu país no cenário internacional?

A expressão "ator global" pode provocar mal-entendidos. O primeiro é o de acreditar que o Brasil, um país com problemas sociais e sem meios importantes de projeção de poder militar no plano internacional, não poderia aspirar a ser globalmente um ator pleno. Somente países ricos, socialmente mais desenvolvidos e dotados de meios militares mais expressivos teriam capacidade de atuar de forma independente e eficaz na cena mundial.

É evidente que riqueza e força militar são expressões de poder. Elas não esgotam, no entanto, a capacidade de ação e de influência de que pode dispor um país. O segundo equívoco é o de pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá automaticamente papel de relevo na esfera internacional.

O Brasil está, felizmente, longe dessas duas perspectivas extremas. Nossa diplomacia é experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária.

Minha experiência pessoal, como líder operário, ensinou-me que em qualquer negociação a credibilidade é um fator fundamental. E para ter credibilidade é preciso conhecer as forças de que dispomos.

Não fugimos a nossas responsabilidades, por timidez ou por temor aos mais poderosos. Nosso desafio é o de tentar entender, e de afirmar, como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacional. Necessitamos de um mundo mais democrático, justo e pacífico, mas isso não depende somente de nós, tampouco pode nos conduzir à passividade.

Abrir mão da idéia de uma "ação global" seria deixar o futuro ao sabor das forças de mercado, onde prolifera enorme desordem econômica e financeira, ou ao sabor de políticas de poder, dominadas por posturas unilaterais.

O Brasil nasceu, 505 anos atrás, fruto das grandes explorações marítimas, a primeira onda de "globalização", empreendida pelo capitalismo mercantil.

Como colônia, depois como país politicamente independente, sofremos, por séculos, os constrangimentos que condicionaram a vida dos países da periferia.

Em nossa história vivemos momentos de submissão e de reação a esses constrangimentos.

Hoje, o que importa é buscar espaço neste mundo globalizado, por meio de uma ação política que preserve a soberania nacional, garanta a soberania popular e contribua para o aprofundamento da solidariedade internacional.

A "mundialização", como se diz aqui, nos colocou diante de uma nova obrigação: a de fazermos com que as forças que ela desencadeia sejam canalizadas para o interesse da maioria. Não tenho me omitido a esse respeito.

Fui a Porto Alegre e a Davos. Defendi nos dois encontros as mesmas idéias: aquelas que expressei também em minhas intervenções em Evian e na Escócia, quando me reuni com os líderes do G-8.

Acredito que se pode estabelecer pontes entre foros e grupos de países que antes pareciam irreconciliáveis. Vejo uma crescente disposição em estreitar esse diálogo. Até porque as grandes questões com que nos confrontamos na atualidade, desde a pobreza na África, às mudanças climáticas, até o terrorismo, só poderão ser resolvidas efetivamente por uma ação concertada, multilateral.

Um país como o Brasil não tem a opção de viver à margem dos processos globais. Dou um exemplo. Temos um programa de combate à Aids que é mundialmente reconhecido como resposta a um dos piores dramas vividos pela humanidade em nossos dias. Realizamos, em ampla escala, a distribuição de remédios retrovirais. Mas, para que seja viável em um país com recursos escassos, esse programa depende de que os preços dos medicamentos não ultrapassem certos limites razoáveis.

Torna-se essencial, portanto, estabelecer um equilíbrio entre o interesse legítimo das empresas farmacêuticas, que se beneficiam de patentes, e o interesse maior de salvar quantas vidas pudermos.

As normas sobre patentes já não são definidas isoladamente em cada país, são normas globais. Participamos todos de sua elaboração, de sua interpretação e de sua execução. No caso da Aids, essa participação é, sem exagero, uma questão de vida ou morte.

Outro exemplo, a que tenho mais me dedicado, é o do combate à fome e à miséria. Pela minha própria trajetória de vida e experiência política, essa é uma prioridade pessoal. Sempre tive consciência de que essa tarefa não era apenas dos brasileiros, mas de todas as nações. A fome e a pobreza têm determinações internacionais. Isso não quer dizer que os países não devam assumir suas responsabilidades para reduzir as desigualdades e garantir a todos uma vida digna. Mas é inegável que o esforço de cada país, principalmente dos menos desenvolvidos, ganhará muito se for respaldado internacionalmente. Não falo apenas de ações compensatórias, necessárias, mas não suficientes. Falo de iniciativas de fundo, que lidem com as causas estruturais da fome e da pobreza no mundo. Por isso, defendo um sistema mais eqüitativo, onde os fluxos financeiros e o comércio internacional criem oportunidades e não sejam fatores de desagregação econômica e social. O problema da fome e do subdesenvolvimento não será resolvido apenas pelas forças de mercado.

Muitos agricultores pobres na periferia do mundo teriam, hoje, condições de competir internacionalmente e de ter uma vida mais condigna, não fossem as barreiras que os impedem de vender o que produzem aos consumidores nos países mais ricos.

Precisamos encarar esse problema de frente. É intolerável que 1 bilhão de dólares seja gasto a cada dia em subsídios à exportação e em medidas de apoio doméstico à produção agrícola. Não é humano e racional que uma vaca tenha um subsídio superior à renda individual de centenas de milhões de homens e mulheres.

Segundo o Banco Mundial, uma efetiva liberalização do comércio agrícola poderia gerar cerca de US$ 200 bilhões de dólares de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

Posso citar muitos outros exemplos, todos apontando para a mesma direção: esses problemas não se resolvem sozinhos, nem pela iniciativa de alguns países. Exigem a participação ativa dos países em desenvolvimento. É o que o Brasil tem feito nos últimos dois anos e meio. Temos realizado intenso trabalho diplomático de aprofundamento de vínculos tradicionais em

nosso Continente e de maior aproximação com regiões do mundo em desenvolvimento, como a África e o Oriente Médio.

O Brasil quer que sua voz seja cada vez mais ouvida no plano internacional. Mas queremos também ouvir a voz de outros países, para identificar interesses comuns e intensificar o diálogo e a cooperação.

Há dois meses tivemos a satisfação de sediar, em Brasília, uma pioneira Cúpula que reuniu países árabes e sul-americanos e abriu novas e promissoras avenidas de aproximação entre estas duas regiões do mundo em desenvolvimento.

Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro de diálogo trilateral. Além de estreitar nossa coordenação política, criamos um fundo inédito, administrado por essas três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Um primeiro projeto já está beneficiando a Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores,

Nos planos econômico e comercial, trabalhamos para aprofundar a integração e a unidade de nossa região, a América do Sul, assim como para ajudar a construir uma economia internacional que proporcione melhores oportunidades de crescimento para todos.

O Brasil tem feito um grande esforço para retomar o crescimento econômico, reduzir o desemprego, melhorar a distribuição da renda e aumentar sua capacidade de competição externa.

Em 2004, nosso comércio exterior totalizou quase US$ 160 bilhões de dólares, com mais de US$ 96 bilhões de exportações. Esse valor foi o dobro do total das exportações registradas em 1999.

O saldo comercial, que no final dos anos 90 era deficitário, chegou em 2004 a um superávit de quase US$ 34 bilhões de dólares. As previsões para 2005 – e o Furlan que confirme aí – são de um superávit de quase US$ 40 bilhões de dólares.

Nosso comércio com o mundo tem caráter "global". A distribuição de nossas exportações entre os principais mercados mantém um notável equilíbrio geográfico entre a União Européia, os Estados Unidos, a América do Sul e a Ásia. Outras áreas, como

a África e o Oriente Médio, revelam sinais promissores de crescimento. Tudo isso significa que o Brasil está mais aberto ao mundo.

A relação comércio exterior-PIB passou de menos de 15%, nos anos 90, para mais de 26% em 2004. A estabilidade macroeconômica que conseguimos, somada ao fortalecimento da capacidade exportadora, reduziu nossa vulnerabilidade externa. Em 1999, o pagamento de juros pelo Brasil representou mais de 33% do total de nossas exportações. Hoje, não passam de 16%.

O Brasil reúne todas as condições para tornar sua inserção na economia internacional cada vez mais proveitosa e, o que é muito importante, preservando nossa autonomia para executar políticas públicas indispensáveis para um desenvolvimento sustentável, com justiça social.

Senhoras e senhores,

A esta altura de minha exposição muitos poderão estar se perguntando se uma ação mais destacada do Brasil no cenário internacional é compatível com um estreito relacionamento com nosso entorno imediato, a América do Sul. Penso que não só é compatível como absolutamente indispensável.

A parceria estratégica com a Argentina, a consolidação do Mercosul e a integração sul-americana são para nós prioritárias. Mais que isso: são inseparáveis de nosso projeto nacional de desenvolvimento. E isso não é retórica; é realidade, é fato.

Nenhum outro governo brasileiro buscou a aproximação com nossos vizinhos com tanta intensidade. Os contatos no mais alto nível se avolumaram.

Temos acelerado projetos para a integração da infra-estrutura física regional, para o que contamos, inclusive, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Possivelmente, no próximo ano, nós teremos pelo menos uma obra de infra-estrutura financiada pelo Banco de Desenvolvimento brasileiro em cada país da América do Sul, tornando realidade o sonho histórico que motivou tantas e tantas lutas na América do Sul.

A partir dessa base avançamos na consolidação do Mercosul, apesar das dificuldades e das crises de crescimento

que, como sabem os europeus, são comuns nos processos de integração.

O Mercosul é uma realidade e uma promessa cada vez mais importante para nossos povos.

Trabalhamos agora para reforçar suas instituições e dotá-lo de um Parlamento que reforçará sua vocação democrática e permitirá enraizar de forma mais profunda a construção de um destino comum.

O Mercosul não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem a vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania.

Avançamos na direção de uma integração mais solidária, com a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, voltado para a redução das assimetrias entre os países membros e suas regiões, promovendo a competitividade e a coesão social.

Paralelamente, e uma coisa reforça a outra, estamos construindo a Comunidade Sul-Americana de Nações. Os países do Mercosul estão cada dia mais próximos da Comunidade Andina, porque acreditamos que ambos os processos são complementares e convergentes. Lançada em dezembro último, realizaremos, em Brasília, daqui a dois meses, a primeira reunião de Presidentes da Comunidade.

A América do Sul toma consciência de sua identidade e de sua vocação para a integração. Em poucos dias serão iniciadas as obras de construção da rodovia interoceânica, que ligará o Brasil aos portos peruanos de Ilo e Matarani. Será um avanço decisivo para o comércio não apenas entre o Brasil e o Peru, mas também de ambos com a Bolívia.

Este é apenas o mais recente exemplo de um amplo conjunto de iniciativas que vêm delineando a América do Sul como espaço integrado na área de transportes, comunicações e energia.

Aqui eu queria dar um outro dado. Em 500 anos de história nós construímos a primeira ponte entre Brasil e Bolívia, no ano passado. Inauguramos no estado do Acre. E estamos fazendo a primeira ponte entre Brasil e Peru, em Assis-Brasil,

também no estado do Acre, que será essa rodovia interoceânica. E vamos fazer, se Deus quiser, depois do acordo que firmarmos na sexta-feira, a primeira ponte ligando o Brasil e a América do Sul à Europa, via Guiana Francesa, com o estado do Amapá.

Isso demonstra apenas que, em 500 anos, apesar de todos os grandes intelectuais brasileiros terem escrito sobre a necessidade de integração, apesar de Bolívar e outros revolucionários na América do Sul terem passado parte da sua vida falando em integração, apesar de todos os políticos em época de campanha eleitoral falarem de integração, a verdade nua e crua é que a integração física – aquela que se preocupa com a energia, com a comunicação, com a estrada, com a ferrovia, com a hidrovia e com a parceria efetiva entre empresários brasileiros e empresários de cada país – está se consolidando nesse momento, e não por obra apenas do Brasil, mas por uma compreensão de todos os países de que, se durante 500 anos acreditamos que os benefícios para o nosso desenvolvimento viriam do Norte, agora há a consciência de que nós precisamos começar a resolver os nossos problemas e não ficar dependentes, tanto, das promessas dos países desenvolvidos que, dificilmente, chegam a se concretizar.

Esse grau de consciência que os governantes estão tomando é que está fazendo com que haja uma profunda mudança no comportamento dos países da América do Sul.

Senhoras e senhores,

O Brasil tem procurado dar nova qualidade e novo impulso à sua ação no âmbito das negociações multilaterais de comércio, na Organização Mundial do Comércio, OMC. Já foi dito que a OMC tem procedimentos "medievais". Talvez efetivamente os tenha em alguns aspectos, particularmente no que diz respeito à transparência.

Demos um passo importante para mudar o quadro em que se davam efetivamente as negociações naquele foro, restritas a alguns poucos interlocutores do mundo desenvolvido.

Tomamos a iniciativa, ao lado de outros países em desenvolvimento, de criar o G-20, que se afirmou como um ator respeitado na atual rodada de negociações comerciais.

Hoje, todos reconhecem que esse mecanismo de coordenação entre países do Sul adquiriu um papel da maior importância na viabilização de um acordo que possa fazer com que a Rodada de Doha seja, de fato, voltada para o objetivo do desenvolvimento.

Outro campo em que conseguimos avanços importantes foi o de nosso esforço conjunto pela erradicação da fome e da pobreza.

O presidente Jacques Chirac entendeu a sensibilidade desse tema e tem sido um parceiro essencial, desde a reunião do G-8 ampliado, em Evian. Ajudou a dar força à iniciativa, acrescentando o prestígio da França, que é grande, e trazendo idéias inovadoras. O Presidente Lagos, do Chile, e Zapatero, da Espanha, logo se juntaram a nós, seguidos pelo Chanceler Schröder, da Alemanha, e pelo Presidente Bouteflika, da Argélia.

Em setembro do ano passado, conseguimos reunir, em Nova York, mais de 100 países, com a presença de mais de 50 chefes de Estado e Governo.

Hoje, temos um processo em marcha, em busca de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza.

O tema vem ganhando destaque nas Nações Unidas, nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, e no próprio G-8, como vimos há pouco, na reunião de que participamos, na Escócia.

Esperamos que até a Cúpula das Nações Unidas de setembro, quando passaremos em revista as Metas do Milênio, algumas idéias possam vir à luz, como a de uma pequena taxa sobre as passagens aéreas, baseada, aliás, em uma proposta da França, que apoiamos firmemente. Ou, ainda, a redução dos custos de remessas de emigrantes, que aportam recursos vultosos, com importante incidência sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Outra importante iniciativa é a conversão do serviço da dívida, ou parte dela, em investimentos na Educação proposta por Brasil, Espanha e Argentina, que se encontra em fase de elaboração e viabilidade técnica. Menos consensuais, mas em discussão, estão propostas sobre a taxação de paraísos fiscais ou de venda de armas.

Senhoras e senhores,

Ao refletirmos sobre a ação externa do Brasil, não poderia deixar de me referir aos desafios que se colocam no plano da paz e da segurança. É fundamental que a comunidade internacional disponha dos meios necessários para responder às ameaças à paz. Esses meios devem ser eficazes, mas devem também ser legítimos. A história nos ensina que não serão eficazes se não forem legítimos. Daí nossa profissão de fé no multilateralismo.

Com a criação da ONU, há exatos 60 anos, a comunidade internacional encontrou um novo caminho para enfrentar os problemas da paz e da segurança. Um caminho fundado no diálogo, na decisão coletiva e no princípio de que o uso da força só se faria no interesse comum. Esses princípios são, hoje, mais válidos do que nunca. O mundo está diante de situações e ameaças graves. Prolongadas injustiças, não raro em um contexto de pobreza e de privação, continuam a desestabilizar regiões inteiras, como é o caso do Oriente Médio ou de extensas áreas do continente africano.

Em nossa própria região, preocupa-nos, em especial, a situação do Haiti, país tão sofrido, que necessita o apoio da comunidade internacional.

Temos liderado o esforço das Nações Unidas no Haiti, na esperança de que possamos criar um novo paradigma para as operações de paz. Não visamos apenas à segurança da população e à estabilização do país. Queremos que no Haiti se criem condições para uma efetiva reconciliação política e o reencontro do país com a esperança de seu desenvolvimento econômico e social.

Os terríveis atentados em Londres na semana passada nos mostraram que, aos conflitos externos e internos, somam-se legítimas preocupações com a expansão de redes terroristas.

Sabemos, além disso, que tais redes podem vir a ganhar um poder destrutivo sem precedentes, se tiverem acesso a armas de destruição em massa.

Brasil e França compartilham a visão de que é preciso revitalizar o multilateralismo. Encontramo-nos diante de uma oportunidade histórica para dar vida nova aos instrumentos

coletivos de que dispomos. Sem o multilateralismo, estaremos condenados à instabilidade crônica e aos riscos de uma escalada da violência no plano global.

A tarefa mais imediata é concluir, com êxito, uma reforma corajosa das Nações Unidas uma reforma voltada para o futuro.

Nesta semana, os países-membros das Nações Unidas discutem um projeto de resolução visando à reforma do Conselho de Segurança, órgão central do sistema de segurança coletiva.

Nesse projeto, juntamos forças com a Alemanha, a Índia e o Japão, no chamado "G-4", e temos obtido o apoio de muitos países, alguns mesmo, como a França, na condição de co-patrocinadores.

Outro aporte importante, na mesma direção do projeto do G-4, foi recentemente aprovado pela União Africana.

Queremos levar ao Conselho a visão de um país do Sul, que fez soberanamente a opção de não produzir armas nucleares, que atribui importância especial à relação entre a paz e o desenvolvimento e aos meios pacíficos de solução de controvérsias.

Esperamos que a reforma do Conselho possa ter um desfecho favorável no futuro próximo, abrindo caminho para a consideração de outras mudanças não menos cruciais. Entre elas, estão o fortalecimento dos demais órgãos principais, e a revisão e eventual criação de novas instâncias para lidar com a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Senhoras e senhores,

Ao considerar esses temas que dizem respeito ao ordenamento internacional, permito-me fazer um recuo histórico e falar um pouco da convergência de pontos de vista entre o Brasil e a França.

Nossa crença na liberdade como valor fundamental vem de longe. As idéias do iluminismo francês e a própria Revolução Francesa (ao lado da Revolução Americana) tiveram impacto direto no Brasil.

Foram fontes de inspiração para idéias republicanas e movimentos de rebeldia contra o colonialismo, como a

Inconfidência Mineira, a Revolução dos Alfaiates, na Bahia, ou a Revolução de 1817, em Pernambuco, o meu estado natal.

Esses movimentos foram duramente reprimidos, mas deixaram uma herança de lutas que contribuiu para acelerar nossa independência.

Joaquim Nabuco, outro pernambucano, chegou a afirmar que "todas as nossas revoluções (antes da Independência) foram ondulações que começaram em Paris". Os que reprimiam os movimentos nativistas e republicanos falavam em erradicar "os abomináveis princípios franceses". São os princípios que se celebram no 14 de julho, não apenas pela França, mas por todos os que amam a liberdade e crêem na solidariedade humana.

A França foi para o Brasil, em muitos momentos, uma inspiração de liberdade. Durante os anos de autoritarismo, muitos brasileiros, injustamente perseguidos em nosso país, encontraram refúgio e proteção em terras francesas. Guardamos uma dívida de gratidão com o povo francês por essa solidariedade em uma hora difícil de nossa vida nacional.

Orgulhamo-nos, ao mesmo tempo, de ver que as atividades do Ano do Brasil na França incluem homenagens a dois brasileiros que lutaram lado a lado com o povo francês em momentos difíceis para a França. Na clandestinidade e com grande sacrifício pessoal, meu amigo e companheiro Apolônio de Carvalho deu contribuição destacada à resistência e à libertação da França do jugo nazista.

Na diplomacia, a coragem do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas ajudou a salvar centenas de vítimas inocentes. São exemplos dos laços humanos que vinculam a França e o Brasil.

Isso confere à nossa parceria um significado muito especial, porque a defesa dos direitos humanos e a consolidação da democracia são hoje tarefas inadiáveis no plano internacional.

Sabemos que a liberdade e a prática da democracia não podem ser trazidas de fora. Não são produtos de exportação, menos ainda, produtos de imposição. Só podem ser o que sempre foram para todas as nações que as Alcançaram: uma conquista de seus povos. A comunidade internacional pode e deve ajudar nesse processo, mas deve fazê-lo sem arrogância.

Na América do Sul, vivemos um momento que é de consolidação das democracias.

As dificuldades econômicas são, como sempre foram, fator de instabilidade social e política. Mas o amadurecimento dos povos de nossa região faz com que, em nossos dias, o horizonte das alternativas políticas já não contemple soluções que não passem pelos canais democráticos.

O Brasil tem procurado contribuir para fortalecer a estabilidade democrática da América do Sul, e o faz com o espírito fraterno, respeitoso da autodeterminação dos povos e da soberania nacional.

De nossa parte não haverá interferência, mas tampouco indiferença para com a sorte de nossos irmãos. O Brasil continuará a estender sua mão, em favor do fortalecimento desse patrimônio de liberdade. Mas a democracia não é apenas uma aspiração isolada de cada país. É também uma tarefa a ser realizada nas relações entre os países.

Um mundo plural – ou "multipolar", como às vezes se diz – não é um desejo piedoso de diplomatas ou acadêmicos idealistas. É uma exigência dos dias que correm. A negação da pluralidade de pólos, pretensamente "realista", reduz as relações internacionais apenas à expressão da força militar.

Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática.

Ser democrata no plano global é acreditar que todos têm direito a ser atores, que cada ator tem suas razões e que, enfim, nem sempre a razão do mais forte é a mais forte das razões.

Muito obrigado.

Discurso na Abertura da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações

Brasília, 29 de setembro de 2005

Senhores Presidentes,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores e senhoras Senadores,
Senhores e senhoras Deputados Federais,
Senhores integrantes das delegações presentes à Primeira Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações,

Meus amigos e minhas amigas,

É com honra, alegria, e sobretudo emoção, que dou boas vindas aos meus colegas e amigos presidentes que aqui se encontram para reafirmar o compromisso comum com a integração da América do Sul. Estamos animados por um mesmo sentimento.

A Comunidade Sul-Americana de Nações é muito mais do que uma construção política e jurídica, fruto de voluntarismo. Somos 350 milhões de homens e mulheres, determinados a realizar todas as potencialidades de uma região dotada de imensos recursos naturais e humanos. Uma região banhada pelo Atlântico, pelo Pacífico e pelo Caribe. Um vasto e diversificado território que se estende da Amazônia até a Terra do Fogo, que reúne as alturas dos Andes e as Planícies Patagônicas, a exuberância do Pantanal e as paisagens lunares dos desertos bolivianos e chilenos.

Possuímos uma economia complexa e diversificada com um PIB superior a 1 trilhão de dólares. Temos palcos industriais competitivos e uma agricultura capaz de tornar-se o celeiro do planeta. Dispomos de três bens que serão fundamentais para o futuro da humanidade: água, alimentos e energia de

múltiplas fontes. Reunimos centros de ensino e universidades que produzem considerável pesquisa científica e inovação tecnológica.

Abrigamos uma exuberante produção artística e cultural. Acima de tudo, contamos com a diversidade e a tranqüilidade dos nossos povos. Ostentamos uma tradição de convivência pacífica e de tolerância que se fortalece nos valores da democracia e da solidariedade. Por isso, fomos capazes de superar o obscurantismo da ditadura, estimuladas pela Guerra Fria e reafirmar o nosso respeito aos direitos humanos.

A democracia política que estamos construindo nessa região dá impulso na medida em que avançamos na construção de uma democracia econômica e social. Temos graves problemas sociais, mas também a clara determinação de resolvê-los. Queremos fazer do nosso Continente uma região de paz, apta a resolver seus contenciosos com os instrumentos da negociação política.

A América do Sul junta-se às demais grandes unidades geográficas do mundo, que dispõem, todas, de mecanismos de concertação política e econômica.

Meus caros amigos,

Estamos reunidos aqui para aprofundar os compromissos que assumimos em Cusco, em dezembro passado. Naquela ocasião, lançamos as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações. Afiançamos nossa convicção em uma história compartilhada, em um destino comum.

Estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade que animou os próceres de nossa independência. Vencemos o ceticismo e os preconceitos.

A comunidade da América do Sul, já dispõe de um valioso patrimônio acumulado. Contamos com esquemas profundos de integração sub-regional, que se vêm aperfeiçoando ao longo das últimas décadas e que continuarão a ser objeto de nossa atenção prioritária. O Mercosul, a Comunidade Andina, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Sistema da Bacia do Prata testemunham a busca de respostas positivas aos nossos desafios comuns.

Não queremos duplicar esforços nem estruturas institucionais. Desejamos a articulação das várias instâncias de diálogo, coordenação e integração que já possuímos. Não abandonamos nosso ideal latino-americano, reforçamos nossa identidade coletiva, agregamos valor ao projeto de uma América Latina e de um Caribe fortes e coesos. Hoje, aprovaremos o Programa de Ação que encomendamos em Cusco, ele orientará o nosso trabalho no futuro.

Na prática, já avançamos na construção de uma verdadeira Área de Livre Comércio de toda a América do Sul. Devemos aprofundá-la e aperfeiçoá-la. Em 2004 nossas trocas intra-regionais aumentaram 25%, Alcançando o valor histórico de 83 bilhões de dólares. Nossos empresários começam a ver na América do Sul um grande mercado para seus produtos e importante plataforma de exportação para outros continentes. Teremos sempre em mente as assimetrias e os diferentes graus de desenvolvimento de nossas economias.

Os acordos entre o Mercosul e a Comunidade Andina mostram que é possível harmonizar interesses. A integração das cadeias produtivas dará a nossos países melhores condições para a inserção competitiva na economia globalizada. O alicerce da Comunidade Sul-Americana é a integração da infra-estrutura física. Estamos dando passos firmes na execução dos projetos que elegemos como prioritários no marco da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, IIRSA.

Avança, significativamente, a criação de uma malha de conexões energéticas, viárias e de comunicações entre os nossos países. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, estamos impulsionando a construção de estradas, hidrelétricas e gasodutos. Essas obras têm forte impacto multiplicador sobre a geração de empregos, a captação de investimento, o estímulo ao comércio e a melhoria das condições de vida de nossas populações.

O Brasil já participa ou participará diretamente em pelo menos um projeto de integração física em cada um dos países da América do Sul. Sei que determinação semelhante anima todos os meus colegas sul-americanos. Junto com os presidentes Toledo, do Peru, e Rodríguez, da Bolívia, lançamos, há poucos dias, o início das obras da Rodovia Interoceânica. Essa estrada liga mais do que dois oceanos, ela integra e desenvolve o coração do

Continente, resgata populações esquecidas, protege o meio ambiente, tira do isolamento regiões marginalizadas e projeta competitividade de nossos produtos em todo o mundo.

A integração energética, negligenciada no passado, passou a ter a relevância estratégica que merecia. Estamos coordenando esforços na exploração do petróleo e do gás. Daí surgiram iniciativas como a Petrosul, lançada por Venezuela, Brasil e Argentina, mas aberta a todos os países da região. Compartilhamos tecnologia na produção de combustíveis limpos e renováveis, como é o caso do etanol e, mais recentemente, do biodiesel. Avançamos na interconexão elétrica de nossos países. Abraçamos, agora, o desafio de desenvolver uma rede sul-americana de gasoduto, criando um verdadeiro anel energético continental.

Meus amigos,

A casa que estamos construindo requer soluções inovadoras de financiamento e exige também o empenho do nosso empresariado. Por meio do BNDES e do Proex, o governo brasileiro tem financiado a exportação de bens e serviços para a realização de obras com interesse direto para a integração continental. Encontra-se em andamento, na região, 43 projetos de infra-estrutura com financiamento brasileiro, num total de 4 bilhões e 300 milhões de dólares. Para alavancar ainda mais a nossa capacidade de financiamento, o Brasil tomou a iniciativa de incorporar-se como membro pleno da Corporação Andina de Fomento, aumentando significativamente nossa participação no capital da instituição.

Esperamos que em breve, a CAF possa contar com a participação de todos os países da região. Este será um passo decisivo na direção de um Banco Sul-Americano de Desenvolvimento.

A valorização dos Convênios de Créditos Recíprocos, os CCR, é outra ferramenta poderosa para levantar os recursos necessários à nossa integração. Vamos hoje avançar na harmonização de critérios e normas comuns de financiamento em nossa região.

Senhores Presidentes,

É imprescindível aprofundar o diálogo político entre nossos países. O Foro de Consulta e Concentração Política do Mercosul já conta com a participação de dez parceiros sul-americanos. A adesão da Guiana e do Suriname à iniciativa, criará um verdadeiro mecanismo de coordenação política regional. Vivemos em um mundo difícil, sobretudo para os países em desenvolvimento.

Enfrentamos novas ameaças à segurança coletiva e ao crescimento. Unidos, estaremos melhor habilitados para fazer valer nossos interesses coletivos e contribuir para uma ordem internacional mais democrática e mais eqüitativa.

A América do Sul começa a ser vista como importante interlocutor em temas centrais na agenda internacional. O encontro inédito que promovemos com o Mundo Árabe, em abril deste ano, testemunha a contribuição que podemos oferecer ao diálogo entre civilizações e à formação de parcerias inovadoras.

Em sua recente visita ao Brasil, o presidente Obasanjo, da Nigéria, expressou o desejo de organizar uma Cúpula entre a América do Sul e a África. Alarga-se o horizonte de oportunidades para o conjunto de nosso Continente.

Nossos sócios do mundo em desenvolvimento apostam na capacidade de encontrarmos respostas conjuntas para os desafios do crescimento com justiça social.

As iniciativas Sul-Sul de nossa cooperação internacional não prejudicam relações tradicionais e indispensáveis com nossos parceiros industrializados. Partem da constatação evidente de que Alcançamos níveis de maturidade política e econômica, que nos habilitam a ampliar nossos horizontes de atuação.

Ao chegarmos de cabeça erguida nas negociações internacionais, somos mais respeitados. A presença significativa de países sul-americanos na missão das Nações Unidas no Haiti é exemplo da contribuição que podemos prestar para a promoção da paz e da segurança.

Estabelece um novo paradigma de cooperação internacional, em que a reconstrução econômica e social é a chave para a solução duradoura dos conflitos. Permite vislumbrar o

aprofundamento de nossa cooperação e integração em matéria de defesa e segurança. No Haiti, não queremos impor soluções políticas. Lá, respeitamos os direitos humanos e o pluralismo político.

Recusamos a prepotência e a arrogância, próprias dos que têm nostalgia das aventuras coloniais. Sabemos que cabe somente aos haitianos, decidir sobre o seu futuro.

Senhores presidentes,

A integração da América do Sul tem uma dimensão essencialmente humana. Ao longo de nossas fronteiras se fortalecem os marcos de nossa união. Nelas, o cidadão sul-americano constrói quotidianamente a integração com que sonhamos. Por isso, necessitamos de uma agenda de cooperação para nossas regiões fronteiriças.

Estaremos dando um passo fundamental na construção de uma cidadania sul-americana com o acordo que dispensa visto de turista e passaporte no trânsito dos nossos cidadãos na região. Em nosso Continente Sul-Americano, não precisaremos de muros.

A verdadeira integração se faz por meio das pessoas e vai além dos esforços de abertura de nossos mercados. Implica na criação de uma identidade cultural e a valorização de nossa herança comum. O Brasil tomou uma medida pioneira nessa direção, ao aprovar a lei que torna obrigatório o ensino do espanhol em nossas escolas. As gerações futuras de brasileiros terão o espanhol como segunda língua, assim como terão a América do Sul como nossa segunda pátria. Esperamos que, crescentemente, o português também venha a ser lecionado nos outros países sul-americanos. Estamos prontos a contribuir para que isso ocorra.

Agradeço ao meu colega, presidente Alejandro Toledo, o excelente trabalho desenvolvido pelo Peru desde a histórica reunião de Cusco. Sua visão e determinação permitiram o surgimento de nossa Comunidade. Estou certo de que encontraremos o mesmo entusiasmo da parte do governo boliviano, que estará a cargo da organização da nossa próxima Cúpula.

Permitam-me apenas um comentário final. Compartilho o sentimento que tem atravessado todas nossas reuniões presidenciais. É necessário menos retórica e mais ação. Por essa razão, trouxemos para este nosso encontro uma pauta de questões concretas e cruciais para o futuro de nossos países e de nossa região. Elas expressam a visão estratégica que estamos desenvolvendo sobre o nosso Continente.

Sei que temos problemas e responsabilidades que exigem nossa atenção e presença cotidianas em nossos países, o que limita nossa assistência a compromissos internacionais. Mas a experiência nos mostra que, em um mundo interdependente como o nosso, não podemos ficar confinados em nossas fronteiras nacionais. Aprendemos que nossas iniciativas internacionais, sobretudos aquelas em nosso entorno regional, são fundamentais para os destinos de nossos países. E o Brasil decidiu associar o seu destino ao futuro e ao destino da América do Sul.

Muito obrigado.

Discurso da Abertura da Cúpula África-América do Sul

Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao nosso anfitrião, ao seu governo e ao povo da Nigéria, pela calorosa acolhida.

Quando estive aqui, em 2005, o presidente Obasanjo sugeriu a idéia de uma Cúpula África-América do Sul. Com visão de estadista, percebeu o potencial de cooperação e solidariedade entre nossas duas regiões.

Pouco depois, os presidentes sul-americanos, reunidos em Brasília, apoiaram enfaticamente a realização desta Cúpula. Com igual entusiasmo, a União Africana, em Cartum, convocou o evento que hoje se torna realidade.

Saúdo todos os mandatários presentes e seus altos representantes. A partir de hoje, a união entre a África e a América do Sul é parte integrante da agenda diplomática de cada um de nossos países.

Caros colegas,

O Brasil tem com a África laços profundos, que definem nossa própria identidade. Somos a segunda maior nação negra do mundo.

Internamente, estamos tomando diversas iniciativas para valorizar a decisiva contribuição africana na construção da nação brasileira. E, acima de tudo, para superar as desigualdades raciais ainda existentes no País.

Em nossa atuação internacional, também temos um longo percurso comum com as nações africanas.

Defendemos, nas Nações Unidas, a causa da descolonização e o repudio ao apartheid. Estivemos ao lado dos sócios africanos no processo de criação da Unctad. Sofremos, juntos, os períodos recessivos e a desordem da economia mundial, além dos efeitos perversos do protecionismo dos países ricos. Unimos nossas vozes por uma ordem econômica internacional mais justa e eqüitativa.

Hoje, a África é para o Brasil uma prioridade indiscutível. Desde o inicio de meu governo, visitei 17 países africanos e recebi 15 líderes da região. Tomei a iniciativa de abrir ou reativar doze embaixadas brasileiras em capitais deste continente.

O comércio com a região cresceu exponencialmente: aumentou 110% nos últimos quatro anos. A cooperação avançou. São muitos os projetos que temos em áreas como saúde e HIV-Aids, educação, agricultura e combate à fome e à pobreza.

Decidi, por exemplo, abrir em Gana um escritório da Embrapa, importante centro de pesquisa agrícola do Estado brasileiro, para reforçar nossa cooperação com o conjunto dos países africanos.

Há alguns meses, sediamos em Salvador, na Bahia, a segunda Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. A sociedade brasileira respondeu com entusiasmo e, no meu segundo período de governo, vamos aprofundar ainda mais a parceria entre o Brasil e as nações africanas.

Caros amigos,

Nossas regiões compartilham o entendimento de que a integração é instrumento fundamental para a superação dos desafios do desenvolvimento. Uma das bases da parceria inter-regional que estamos construindo é a nossa Comunidade Sul-Americana de Nações. Em seu diálogo com o mundo, a América do Sul vai consolidando uma identidade própria. Tem como projeto um espaço de paz e democracia, com prosperidade econômica e justiça social.

A União Africana, por sua vez, já demonstrou a grande capacidade que tem de promover o diálogo e levar adiante projetos de envergadura. Os dirigentes africanos merecem o nosso aplauso por seus esforços na busca de soluções negociadas para suas diferenças.

Estou convencido de que podemos aprender muito uns com os outros. Sempre tivemos os olhos voltados para o Norte. E, muitas vezes, não percebemos que as respostas para os nossos problemas poderiam ser encontradas no diálogo com nossos pares.

Os biocombustíveis – o etanol, o biodiesel e o H-Bio – têm enorme potencial para fazer uma verdadeira revolução agrícola e energética em nossos continentes. Para a África, podem ser a chave de um novo modelo de desenvolvimento, pois diversificam a matriz energética, criam abundantes empregos, mantêm a população no campo e incidem positivamente sobre o comércio exterior dos países. Isso pode ser feito em parceria com países desenvolvidos. Há exemplos de um forte potencial de cooperação triangular com a África, que temos que expandir.

Senhoras e senhores,

Como diz o escritor e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, o vasto mar que nos separa é, na verdade, um simples rio – "um rio chamado Atlântico". O que estamos fazendo aqui, hoje, é construir uma ponte entre as margens desse rio. Nossa ambição é ir além dos diálogos existentes e aproximar, em definitivo, os dois continentes.

Esta Cúpula abre um novo capítulo na história das relações Sul-Sul. Duas importantes regiões em desenvolvimento se reúnem por vontade política própria, sem intermediários.

Se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres.

Uma nova geografia política e econômica mundial só será possível se atores com afinidades escolherem o diálogo direto e a ação conjunta nos foros internacionais.

Meus amigos e minhas amigas,

A geologia nos ensinou que, há milhões de anos, a África e a América do Sul estiveram unidas num só grande continente. Quem nunca se admirou ao ver nos mapas o encaixe quase perfeito que existe entre o Nordeste brasileiro e a costa do Golfo da Guiné?

A nova geografia que estamos construindo não moverá as placas tectônicas do Planeta, refazendo aquele território contínuo perdido, mas certamente ajudará a transformar a realidade política e econômica internacional, aproximando-nos política, econômica, social e culturalmente.

O que nos trouxe a Abuja foi o desejo de unir africanos e sul-americanos para fazer ouvir nossa voz. Vamos formar uma estreita aliança entre dois continentes que se ressentem da exclusão a que tem sido relegados por tanto tempo.

Não faltará quem manifeste seu ceticismo sobre esta reunião. Passamos por experiência semelhante quando organizamos a Cúpula América do Sul-Países Árabes. Alguns criticaram nossa iniciativa, movidos por preconceitos. Mostramos que eles estavam errados.

Desde então, as relações econômicas e comerciais entre a América do Sul e os Países Árabes aumentaram de forma extraordinária. Negociamos um acordo entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo. Avançamos em nossa cooperação cultural e estamos nos conhecendo melhor. Estivemos mais atentos e presentes no acompanhamento dos problemas políticos que afetam o mundo árabe. Estou certo de que este nosso encontro renderá muito mais frutos ainda.

A associação entre nossas regiões nunca foi tão necessária, pois nosso mundo continua ainda marcado pela injustiça e pela desigualdade.

Persistem ameaças ao multilateralismo e à credibilidade do sistema internacional. Precisamos adaptar as instituições aos novos tempos. A reforma da ONU é vital para fazer frente aos novos desafios.

O Conselho de Segurança reflete uma ordem internacional que não existe mais. Sua ampliação, com novos assentos permanentes e não-permanentes para países em

desenvolvimento, é a chave para torná-lo mais legítimo e democrático.

Exemplo do novo multilateralismo que buscamos é a iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Já estamos colhendo os frutos de nossos esforços de implementar mecanismos financeiros inovadores. A recente instalação da Central Internacional de Medicamentos é um passo decisivo no combate à AIDS, malária e tuberculose, doenças que devastam os países mais pobres.

No campo econômico, africanos e sul-americanos também temos interesses comuns. Queremos ampliar o comércio de bens e serviços para promover o desenvolvimento. Mas as barreiras protecionistas e os bilionários subsídios agrícolas dos países ricos fecham os mercados aos nossos produtos. As negociações na OMC estão paralisadas. Isso afeta terrivelmente a todos nós. O fracasso da Rodada de Doha teria conseqüências graves. O sistema multilateral ficaria desacreditado. Milhões de agricultores nos países mais pobres seriam condenados à indigência, aumentando a espiral de desesperança e violência.

Meus queridos amigos,

Nosso objetivo principal hoje é fixar os alicerces de um novo paradigma de cooperação Sul-Sul. Os documentos que vamos assinar refletem uma agenda rica e diversificada, que inclui temas de cooperação ambiental em recursos hídricos, energias renováveis e biodiversidade.

Estamos também renovando o compromisso com os princípios que orientaram a criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Nosso principal desafio é evitar que essa enorme vontade política se esgote nos discursos e nas boas intenções. Seremos chamados a dar satisfação aos cidadãos e cidadãs de nossos países, que depositaram em nós suas esperanças.

Nossos povos desejam políticas sociais mais eficazes, maior intercâmbio científico e tecnológico, vínculos culturais mais sólidos e fortes correntes de comércio.

Nossas regiões estarão empenhadas, a partir de agora, em esquemas de cooperação em áreas como agricultura, energia,

mineração, turismo, informática, saúde, educação, cultura e esporte. E podemos fazer muito mais. Podemos, por exemplo, aumentar a oferta de serviços de transporte aéreo e marítimo entre a África e a América do Sul. A propósito, meu caro amigo Obasanjo, é com alegria que verifico que uma companhia brasileira está prestes a abrir uma linha aérea regular entre o Brasil e a Nigéria.

Desejamos conversar sobre tudo o que nos toca mais diretamente, dos processos de integração aos dilemas que enfrentamos nas duas regiões. Vamos trabalhar lado a lado para superar os graves problemas sociais e econômicos que entravam o desenvolvimento das nações africanas e sul-americanas. Para que haja justiça social no mundo, cada um deve fazer a sua parte. Nós, os líderes da África e da América do Sul, temos uma missão inadiável: levar esperança às populações excluídas dos dois lados desse rio chamado Atlântico.

Quero, meu caro Obasanjo, ao terminar as minhas palavras, dizer que é uma alegria estar aqui outra vez na Nigéria, poder me encontrar com tantos líderes africanos, sul-americanos, e dizer a todos vocês que depois de quatro anos na Presidência do Brasil, estou hoje muito mais convicto do que estava quatro anos atrás. Não existe saída para os nossos problemas econômicos, políticos e sociais se continuarmos a pensar que, sozinhos, haverá saída para algum país da África ou da América do Sul. Ou tomamos consciência de que a saída é coletiva, de que os projetos de cada Estado podem ser específicos, mas têm que estar vinculados a uma estratégia da África e da América do Sul, e com esse projeto estratégico formado, nós estabelecemos as negociações com o chamado mundo desenvolvido, para que nos trate com a justeza que nós merecemos, ou vai significar que no século XXI vamos continuar como terminamos o século XX: com os mesmos problemas econômicos, os mesmos problemas sociais e, por que não dizer, muitas vezes com os mesmos problemas políticos.

Por isso, eu quero terminar fazendo um chamamento a todos os líderes aqui presentes. Eu sei que muitas vezes as pessoas dizem que a reunião não aprovou nada, que a reunião não decidiu grandes coisas importantes para resolver o problema de cada país. Mas quem faz política sabe que só o fato de juntarmos aqui figuras importantes do continente africano, figuras importantes da

América do Sul, pessoas que deixaram os seus países, que atravessaram o Atlântico e viajaram horas e horas para estar aqui, só esse fato demonstra que o século XXI poderá ser muito melhor para a África e para a América do Sul do que foi o século XX, depende única e exclusivamente das nossas decisões políticas.

Se formos – eu diria – frágeis nas decisões e não analisarmos o que aconteceu com os nossos países no século passado, daqui a 40, 50, 60 anos nós teremos os filhos dos nossos filhos, de cada país, analisando o fracasso que nós cometemos quando dirigimos os nossos países.

O que nós estamos fazendo aqui hoje é um desafio, é um desafio à política mundial, é um desafio à política internacional. O que nós estamos dizendo é, pura e simplesmente, que existimos. Queremos respeitar todos os países, mas queremos ser respeitados e queremos partilhar um legado que a humanidade vem produzindo nos países.

Por isso, eu quero agradecer a presença de todos vocês e dizer ao presidente Obasanjo, mais uma vez, muito obrigado pelo carinho e pela recepção que nos deu.

Discurso na Reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia

Roma, Itália. 03 de junho de 2008

Minhas amigas e meus amigos,

Estamos aqui reunidos para debater soluções para o problema da segurança alimentar mundial.

A segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do meu Governo. Em 2003, lancei um programa pioneiro, o Fome Zero, que permitiu que milhões de brasileiros, antes submetidos à condição de miseráveis, tenham passado a comer três refeições por dia.

Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres com o objetivo de encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição.

Desenvolvi, com eles, formas criativas de fazer que recursos hoje utilizados na produção de armamentos ou na busca de lucros exorbitantes por meio da especulação financeira pudessem ser canalizados para o mais humanitário dos objetivos: dar de comer a quem tem fome.

Fizemos progressos. Conseguimos, por exemplo, criar um mecanismo para atender as necessidades de tratamento contra doenças endêmicas nos países mais pobres.

Mas o que fizemos é muito pouco em relação à enormidade da tarefa. Quero lembrar aos senhores que, todas as

noites, mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo vão dormir com fome, o que é uma indignidade e um insulto à humanidade.

Apesar do amplo trabalho técnico e da vontade política de alguns líderes, resistências de todo tipo continuam a antepor-se a soluções inovadoras.

Reunimos na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, sessenta Chefes de Estado e altos representantes de mais de cem países, que aprovaram um documento que propunha medidas ao mesmo tempo viáveis e audaciosas.

Mas, findas as reuniões e apagadas as luzes, parece que as pessoas voltam-se para seus afazeres do dia-a-dia. E aí a fome é esquecida, para ser lembrada apenas quando ocorre uma explosão como a das últimas semanas.

Não nos enganemos: não haverá solução estrutural para a questão da fome no mundo enquanto não formos capazes de direcionar recursos para a produção de alimentos nos países pobres. E, simultaneamente, eliminar as práticas comerciais desleais que caracterizam o comércio agrícola.

O problema da fome agravou-se nos últimos tempos com a forte elevação dos preços dos alimentos. Em alguns países, multidões, desesperadas com a falta de comida, saíram às ruas, para protestar e exigir providências das autoridades.

Estamos diante de um problema grave e delicado. E, para enfrentá-lo, temos de compreender suas verdadeiras causas.

Tomemos um exemplo especialmente dramático, o do Haiti. Este país - o mais pobre do continente americano - chegou a ser um dos maiores produtores de arroz da região caribenha. Entretanto, políticas macro-econômicas impostas de fora que privilegiavam exclusivamente o aspecto monetário, somadas à disponibilidade de alimentos altamente subsidiados em outros países, levaram ao abandono do plantio do arroz no Haiti, com as trágicas conseqüências que conhecemos.

Para entender plenamente as verdadeiras razões da atual crise alimentar, é indispensável, portanto, afastar a cortina de fumaça lançada por lobbies poderosos, que pretendem atribuir à produção de etanol a responsabilidade pela recente inflação do preço dos alimentos.

Mais do que uma simplificação, trata-se de uma burla, que não resiste a uma discussão séria.

A verdade é que a inflação do preço dos alimentos não tem uma única explicação. Resulta de uma combinação de fatores: a alta do petróleo, que afeta os custos dos fertilizantes e dos fretes; as mudanças cambiais e a especulação nos mercados financeiros; as quedas nos estoques mundiais; o aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e tantos outros; e, sobretudo, a manutenção das absurdas políticas protecionistas na agricultura dos países ricos.

Talvez a maior novidade - muito bem-vinda, diga-se de passagem - seja o fato de que mais pessoas estão comendo. Os pobres na China, na Índia, na África, na América Latina e no Caribe, inclusive no Brasil, estão comendo mais. E isso é muito bom.

O fato é que multidões de novos consumidores estão se incorporando aos mercados. Grandes países antes considerados pobres estão se desenvolvendo a taxas vigorosas e, com isso, melhorando a vida de seus povos. Esse fenômeno, de enorme importância, veio para ficar.

Outro fator essencial na alta do preço dos alimentos é a disparada dos preços do petróleo. É curioso: muitas pessoas falam da alta dos preços dos alimentos, mas ficam mudas na hora de analisar o impacto da alta do preço do petróleo nos custos de produção dos alimentos. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra. E qualquer pessoa bem-informada sabe que não é bem assim.

Vamos aos números. No Brasil, em cada grão de feijão, de arroz, de milho, de soja, ou em cada litro de leite, o petróleo é responsável por 30% do custo final.

E olhem que estou falando do Brasil, onde o petróleo representa apenas 37% da nossa matriz energética. No meu país, mais de 46% da energia vem de fontes renováveis, como a cana-de-açúcar e as usinas hidrelétricas.

Mas, mesmo assim, o petróleo pesa muito no custo das lavouras brasileiras. Aí, eu me pergunto: e quanto não pesa o petróleo no custo de produção de alimentos de outros países que dele dependem muito mais do que nós? Ainda mais quando se sabe que, nos últimos anos, o preço do barril saltou de 30 para mais de 130 dólares.

É necessário tomar providências. Por isso mesmo, na semana passada, os chefes de governo da América Central, em reunião com o Brasil, decidiram pedir às Nações Unidas a convocação urgente de uma Conferência Internacional para discutir o assunto.

Minhas amigas e meus amigos,

Outro fator decisivo para a alta dos alimentos é o intolerável protecionismo com que os países ricos cercam a sua agricultura, atrofiando e desorganizando a produção em outros países, especialmente os mais pobres. A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de distribuição.

É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar sua produção.

Mas de que adiantará produzir, se os subsídios e o protecionismo tolhem o acesso aos mercados, mutilam a renda e inviabilizam a atividade agrícola sustentável?

Alguns países especialmente bem dotados de recursos e que desenvolveram tecnologias avançadas até podem, por meios de ganhos extraordinários de produtividade, vencer as injustificadas barreiras e distorções criadas pelas economias mais ricas do mundo.

Mas que dizer das economias mais pobres, que lutam para manter uma agricultura de subsistência em meio a dificuldades de financiamento, irrigação, insumos, como é o caso de muitas economias africanas?

Os subsídios criam dependência, desmantelam estruturas produtivas inteiras, geram fome e pobreza onde poderia haver prosperidade. Já passou da hora de eliminá-los.

A superação dos entraves atuais requer uma conclusão bem-sucedida, o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC. Um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras. Que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação.

É o que o Brasil tem procurado fazer com seus parceiros do mundo em desenvolvimento, sobretudo com a África, a América Central e o Caribe. A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis. Eles são decisivos no combate ao aquecimento global. E podem jogar um papel importantíssimo no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres. Os biocombustíveis geram renda e empregos, sobretudo no campo, ao mesmo tempo que produzem energia limpa e renovável.

É, portanto, com espanto que vejo tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre os biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos.

É curioso: são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos.

Esse comportamento não é neutro nem desinteressado. Vejo com indignação que muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão. Vejo com desolação que muitos dos que responsabilizam o etanol - inclusive o etanol da cana-de-açúcar - pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas, em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética. O Brasil é um exemplo disso.

A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte muito pequena de terras agricultáveis e não reduz a área de produção de alimentos.

E para que não se alegue que estou usando estatísticas apenas brasileiras, cito aqui alguns dados do relatório de 2007 do

Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sobre a produção de etanol no Brasil. O Brasil tem 340 milhões de hectares de terras agrícolas: 200 milhões são de pastagens e 63 milhões de lavouras, dos quais apenas 7 milhões de hectares de cana. Metade é usada na produção de açúcar. A outra metade, em torno de 3,6 milhões de hectares, é destinada à produção de etanol.

Ou seja, toda a cana do Brasil está em 2% da sua área agrícola, e todo o seu etanol é produzido em apenas 1% dessa mesma área.

Alguns críticos dizem que a produção de etanol está levando a cana a invadir áreas de lavouras. Essas críticas não têm qualquer fundamento.

Desde 1970, quando lançamos nosso programa de etanol, a produção do etanol de cana por hectare mais do que dobrou.

Por outro lado, de 1990 para cá, nossa produção de grãos cresceu 142%. Já a área plantada expandiu-se no mesmo período apenas 24%. Ou seja, no fundamental, nossa produção de grãos cresceu graças a um espetacular aumento de produtividade.

Assim, não se sustenta a afirmação de que o crescimento da produção de etanol no Brasil se faz às expensas da produção de alimentos.

A produção de etanol e a produção de alimentos são filhas da mesma revolução, que, nas últimas décadas, vem transformando o campo brasileiro, graças ao engenho de nossos pesquisadores e ao espírito empreendedor dos agricultores brasileiros. Revolução que fez do Brasil uma referência mundial em tecnologia de agricultura tropical.

Há críticos ainda que apelam para um argumento sem pé nem cabeça: os canaviais no Brasil estariam invadindo a Amazônia. Quem fala uma bobagem dessas não conhece o Brasil.

A Região Norte, onde fica quase toda a Floresta Amazônica, tem apenas 21 mil hectares de cana, o equivalente a 0,3% da área total dos canaviais do Brasil.

Ou seja, 99,7% da cana está a pelo menos 2 mil quilômetros da Floresta Amazônica. Isto é, a distância entre nossos canaviais e a Amazônia é a mesma que existe entre o Vaticano e o Kremlin.

Além disso, ainda há no Brasil 77 milhões de hectares de terras agrícolas fora da Amazônia, bem entendido -, que ainda não estão sendo utilizados. Isso equivale a pouco menos que os territórios da França e da Alemanha, juntos. E ainda temos 40 milhões de hectares de pastagens subutilizadas e degradadas, que podem ser recuperadas e destinadas à produção de alimentos e cana.

Em suma, o etanol de cana no Brasil não agride a Amazônia, não tira terra da produção de alimentos, nem diminui a oferta de comida na mesa dos brasileiros e dos povos do mundo.

Minhas amigas e meus amigos,

Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível, se para isso tiver de ficar de estômago vazio.

Por outro lado, é evidente que o etanol do milho só consegue competir com o etanol de cana quando é anabolizado por subsídios e protegido por barreiras tarifárias.

O etanol da cana gera 8,3 vezes mais energia renovável do que a energia fóssil empregada na sua produção. Já o etanol do milho gera apenas uma vez e meia a energia que consome.

É por isso que há quem diga que o etanol é como o colesterol. Há o bom etanol e o mau etanol. O bom etanol ajuda a despoluir o planeta e é competitivo. O mau etanol depende das gorduras dos subsídios.

O etanol brasileiro é competitivo porque temos tecnologia, temos terras férteis, temos sol em abundância, temos água, e temos agricultores competentes. E isso não é privilégio nosso. Boa parte dos países da África, da América Latina e do Caribe, além de alguns países asiáticos, reúne condições semelhantes. E, com cooperação, transferência de tecnologia e mercados abertos, pode também produzir etanol de cana ou biodiesel com sucesso, gerando emprego, renda e progresso para suas populações.

Ou seja, a “revolução dourada”, que combina terra, sol, trabalho e tecnologia de ponta, pode ocorrer também em outros países em desenvolvimento. As savanas africanas, por

exemplo, são muito parecidas com o Cerrado brasileiro, onde se registram altíssimos índices de produtividade.

Minhas amigas e meus amigos,

Está na hora de os analistas políticos e econômicos avaliarem corretamente a capacidade de contribuição dos países em desenvolvimento na questão de alimentos, energia e mudanças climáticas.

Cerca de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Esses países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir as plantas mais adequadas e escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais.

São decisões importantes. Que devem ser tomadas por eles próprios. E não por outros países ou por entidades que muitas vezes ecoam - até mesmo de boa-fé - os interesses da indústria petroleira ou dos setores agrícolas habituados aos subsídios e ao protecionismo.

O mundo precisa decidir também como lidar com a gravíssima ameaça que representa o aquecimento global. Uma ameaça que requer uma resposta firme e coesa de toda a humanidade. Em Quioto, o mundo reagiu de forma madura e responsável. Infelizmente, alguns países recusaram-se a assumir compromissos e metas de redução de emissão de dióxido de carbono.

Apesar de tudo, Quioto foi um marco. A humanidade tomou consciência de que era necessária uma ação forte e organizada para salvar o planeta. Infelizmente, é mais fácil emitir alertas do que mudar hábitos de consumo e acabar com desperdícios. É mais fácil pôr a culpa nos outros do que fazer as mudanças necessárias, que ferem interesses estabelecidos.

Assim, parece que, nos últimos tempos, as vozes dos que clamam por uma redução nas emissões de dióxido de carbono estão ficando mais fracas.

É lamentável. Não podemos ser irresponsáveis com o futuro dos nossos filhos e netos, com o futuro do planeta. O mundo não pode continuar queimando combustíveis fósseis ao ritmo atual.

No Brasil, fizemos uma pesquisa comparando as emissões de CO_2 de um carro movido a etanol com outro movido a gasolina - usamos o mesmo modelo, o mesmo motor, a mesma estrada, a mesma velocidade. O carro movido a gasolina emite 250 gramas de CO_2 por quilômetro, uma emissão oito vezes e meia superior à do veículo a etanol. Na comparação do diesel com o biodiesel, constatamos que o caminhão movido com combustível fóssil emitiu 5,3 vezes mais dióxido de carbono do que aquele movido a biodiesel.

Além disso, as plantas utilizadas na produção de biocombustíveis, durante a sua fase de crescimento, são também responsáveis pelo seqüestro de grande quantidade de dióxido de carbono. O etanol não é apenas um combustível limpo. É também um combustível que limpa o planeta enquanto está sendo produzido.

Por tudo isso, é necessário um debate sério e equilibrado sobre os biocombustíveis e o aquecimento global. Nesse sentido, estou convidando autoridades, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países para a Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, em São Paulo.

Meus amigos e minhas amigas,

Baratear a energia e os fertilizantes e acabar com os subsídios intoleráveis da agricultura nos países ricos - estes são nossos maiores desafios hoje.

Nesses últimos 30 anos, houve uma verdadeira revolução silenciosa na agricultura de muitos países, sobretudo nos trópicos. Esta revolução pode beneficiar a todos, ricos e pobres, sem distinção. Pode também trazer ferramentas, soluções e alternativas para atender à demanda crescente de centenas de milhões de pessoas.

A expansão da agricultura de países em desenvolvimento, como o Brasil, muda a dimensão dos problemas. Mudam as rotas e as estratégias para solucioná-los.

A visão de segurança que prevalece no mundo de hoje está centrada no controle e na garantia do território, da oferta de alimentos e da oferta de energia.

Os subsídios à produção agrícola e as barreiras comerciais, que tanto têm retardado o crescimento da agricultura dos países mais pobres, são também conseqüências dessa visão.

É preciso reconhecer que, se a agricultura dos países em desenvolvimento tivesse sido estimulada por um mercado livre, talvez não estivéssemos vivendo essa crise de alimentos.

Precisamos reformular visões, reciclar idéias. Devemos trabalhar com noções de interdependência e colaboração. Estou convencido de que podemos criar um conceito novo de segurança para um mundo em que não só a energia, mas também as ideologias sejam renováveis.

A globalização, que se instalou de maneira tão ampla na indústria, precisa chegar à agricultura.

Devemos, como sugeriu o nosso Diretor-Geral Jacques Diouf, encarar este momento, não como uma crise, mas como uma oportunidade. Uma oportunidade para estimular a agricultura em todos os países, em particular na África.

Sempre me considerei um otimista. Confio na capacidade da humanidade de aprender com novos desafios e criar novas soluções. Foi assim no passado. E estou convencido de que será assim agora. Basta que não façamos um diagnóstico equivocado do problema. Basta que não enveredemos por caminhos errados.

A solução não está em se proteger ou em tentar frear a demanda. A solução está em aumentar a oferta de alimentos, abrir mercados e eliminar subsídios de modo a atender à demanda crescente. E para isso é necessário uma mudança radical nas formas de pensar e atuar.

Muito obrigado.